



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

21 de dezembro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Opinião
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Soltura

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região liberou ontem os últimos presos da Operação Pegadores, que desbaratou uma quadrilha no governo Flávio Dino.

Luiz Júnior, apontado como cabeça do esquema, teve a prisão preventiva revogada pela Terceira Turma do TRE.

Mariano de Castro, por sua vez, teve a preventiva convertida em prisão domiciliar, monitorado por tornozeleira eletrônica.

Alvo maior

Ex-assessor especial da Secretaria de Saúde, Mariano de Castro é o principal alvo da Polícia Federal na Operação Pegadores.

Foi num cofre em um dos seus endereços, em Teresina, que os federais encontraram, por exemplo, 59 cheques da empresa Márcio V. P. Santos - ME, cada um no valor de R\$ 20 mil.

A empresa tem um contrato de R\$ 1,8 milhão com a Prefeitura de Coroatá e pertence a um filho do atual secretário de Saúde daquele Município.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 21 / 12 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Arma de fogo é o instrumento mais usado em crimes na Ilha

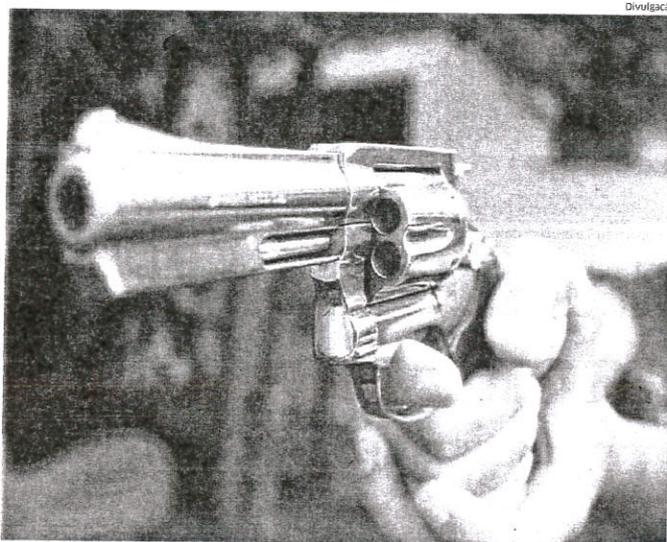
85% dos homicídios registrados este mês, na Região Metropolitana de São Luís, foram praticados a tiros; 10% por arma branca e 5% de outra forma; polícia aponta a facilidade na aquisição de uma arma pela população

DANIEL JÚNIOR
Da equipe de O Estado

Arma de fogo é o instrumento mais utilizado nos homicídios praticados na Grande São Luís, região formada por São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e a capital maranhense. Dos 20 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) contabilizados este mês, 17 foram consumados com a utilização de arma de fogo (uma representação de 85%), dois por arma branca (faca, foice, punhal, entre outros equipamentos ilícitos) e um de outra forma. Os dados são registrados diariamente pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA).

De acordo com o delegado Marcos Afonso, do Departamento de Proteção à Pessoa, no Maranhão, há uma grande facilidade de qualquer cidadão conseguir uma arma de fogo. "O tráfico de armas acontece em todo o país. As fronteiras brasileiras não são bem fiscalizadas pelos órgãos competentes devido à falta de efetivos. É um problema nacional. Além disso, uma pessoa que é presa por portar arma de forma ilegalmente paga uma fiança e é liberada. Dificilmente é presa por esse tipo de crime. Fica impune", explicou o delegado.

"O indivíduo, quando está de



Para a polícia, a facilidade na aquisição de arma de fogo contribui para o uso do instrumento em crimes

posse de uma arma, ele quer mesmo é intimidar e causar medo nas pessoas. É um instrumento poderoso para praticar um crime e é invencível. Ninguém deve reagir. Há a facilidade de conseguir uma arma e, com esse instrumento, facilidade também de tirar a vida de

uma pessoa. A arma intimidada. Isso é histórico. Ninguém deve reagir", ressaltou o delegado Guilherme Sousa Filho, do Departamento de Homicídios do Interior do Maranhão.

Ainda segundo o delegado Guilherme Sousa Filho, a utilização

desse tipo de arma depende muito do local. "Na Zona Rural, por exemplo, a arma branca, como faca, foice e punhal, é bastante utilizada. Já no meio urbano, nota-se que os crimes de homicídios são mais praticados com arma de fogo", finalizou. ●

SAIBA MAIS

Vítimas de arma de fogo este mês:

Cesar Cals Alves Rodrigues, 46 anos;
Edson Francisco Silva Oliveira, 18 anos;
Marcio Roberto Correa de Melo, 42 anos;
Braz Domingos Pereira Junior, 25 anos;
José de Jesus Meneses dos S. Junior, 31 anos;
Marcos Vinicius Campos Gonçalves, 18 anos;
Felipe Emanuel Ribeiro, 22 anos;
Nilson Dos Santos Serra, 21 anos;
Lauandio Matos Silva, 30 anos;
Lourival Marques de Oliveira, 40 anos;
José Tawan Campelo Dos Santos, 16 anos;
João Carlos Lima Pimentel, 40 anos;
Pedro Ítalo Lopes Guimarães da Silva, 18 anos;
Cristiano de Jesus Frazão Ribeiro, 23 anos;
Antônio Peres da Silva, 70 anos;
Wadson de Jesus Costa Rocha, 33 anos;
Outra vítima do sexo masculino ainda não identificada

ENTENDA

Estatuto do Desarmamento

O artigo 6º da Lei nº 10.826/03 diz que o porte de arma de fogo é proibido em todo o território nacional, salvo em casos excepcionais. Portanto, excepcionalmente, a Polícia Federal poderá conceder porte de arma de fogo, desde

que o requerente demonstre a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física, além de atender às demais exigências do artigo 10 da Lei nº10.826/03.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
DATA	21 / 12 / 2017	Página	4

Polícia Civil incinera 173 kg de drogas na cidade de Imperatriz

Entorpecentes queimados são resultados de apreensões realizadas ao longo deste ano, na cidade; maconha foi o tipo de droga mais apreendida, seguida de cocaína

Cento e setenta e três quilos de drogas apreendidas durante este ano em Imperatriz, foram incinerados, ontem, naquela cidade. A ação foi realizada pela Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). Esta é a segunda vez que um grande volume de entorpecentes é destruído na cidade, que fica a 626 km de São Luís. A primeira aconteceu em janeiro deste ano, quando 120 kg foram incinerados.

Do total incinerado ontem, 150 kg eram de maconha e o restante, de crack e cocaína. A droga foi destruída no forno de uma empresa especializada nesse tipo de procedimento, com acompanhamento de equipes do Instituto de Criminalística e Medicina Legal (Icrlim) e Vigilância Sanitária. A droga foi incin-



Entorpecentes, entre maconha, cocaína e crack, incinerados ontem

rada em um forno aquecido a 1500°C.

De acordo com o delegado Fabian Kleine, o volume de drogas in-

cineradas representa 12 dos 71 inquéritos instaurados em 2017. Foram incluídos, também, investigações de 2016, referentes ao tráfico

de entorpecentes. "Há vários outros inquéritos que ainda estão aguardando autorização judicial para a incineração. É necessário ter essa autorização para que a droga seja destruída. Tanto que esse material é resultado de procedimentos de 2017 e de alguns de 2016", explicou o delegado Fabian Kleine.

Este ano, segundo a polícia, a Senarc já apreendeu 220 kg de drogas em Imperatriz, um aumento de 20% em relação a 2016. O tipo de droga mais apreendida foi a maconha, com 214 kg, em seguida o crack, com 9 kg, a cocaína com 5,5 kg e o extasy, com 16 gramas. Este ano, 100 pessoas foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas em Imperatriz, e foram cumpridos 32 mandados de busca. ●

Justiça nega habeas corpus a acusado de agredir a ex-mulher

Crime ocorreu em 12 de novembro, em São Luís, mas o autor da agressão permanece foragido

Acusado de agressão contra a ex-companheira, identificada como Ludmila Rosa Ribeiro, o empresário Lúcio Gênésio teve o pedido de habeas corpus negado, ontem, pelo desembargador Raimundo Melo. O crime ocorreu no dia 12 de novembro. Desde então, o agressor está foragido. Esse foi o segundo pedido de revogação da detenção protocolado pela defesa do empresário.

Pesam contra ele dois mandados de prisão preventiva. O primeiro, expedido pelo juiz Clésio Coelho Cunha, que responde pela 3ª Vara Criminal de São Luís, em razão das agressões ocorridas no mês passado, na capital. O segundo pelo magistrado Lúcio Fernandes Soares, titular da 2ª Vara



Lúcio Gênésio, ainda foragido

da Comarca de Pinheiro, pelo descumprimento de medidas protetivas que o mantinham afastado da vítima. ●



Josué Santos e Rony Kassio, do presídio, orientavam Anderson da Silva Pereira a praticar os assassinatos

Decretada prisão de três suspeitos de homicídio e tortura

Dois dos denunciados, mesmo em Pedrinhas, comandavam os crimes na Cidade Olímpica

A polícia cumpriu ontem um mandado de prisão preventiva contra Anderson da Silva Pereira, Josué Santos da Silva e Rony Kassio Cha-

ves de Araújo, por formação de quadrilha e homicídio. Os dois últimos estão presos em Pedrinhas e do xadrez orientavam seus comparsas,

principalmente Anderson, a praticar crimes em São Luís, inclusive na Cidade Olímpica.

O bando é suspeito de cometer homicídio qualificado e tortura e manter em cárcere privado uma mulher, que seria namorada de um dos membros da quadrilha. As prisões foram efetuadas pela Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP).

De acordo com a polícia, o trio teria matado um jovem, identificado como Geovane Barros Mo-

reno, o Dudu, na Cidade Olímpica, no dia 24 de outubro de 2016. Ainda segundo a polícia, o motivo seria um suposto envolvimento da ex-namorada de Rony com a vítima, o que feriu um dos artigos do estatuto da facção. Além da morte do jovem, a quadrilha torturou e manteve em cárcere privado a mulher de Rony, mas ela conseguiu escapar do cativeiro.

Os três foram apresentados ontem e em seguida levados para o Centro de Triagem de Pedrinhas, onde estão, à disposição da Justiça. "Josué Santos da Silva, o Gaspar, é o líder da facção. Ele estava preso por crimes de homicídios, associação criminosa, tráfico de drogas e roubo desde 2014. O Rony Kassio cumpre pena desde 2015. Teria sido ele o mandante do assassinato do jovem na Cidade Olímpica e da tortura contra a sua ex-namorada", explicou um dos policiais da SHPP, que preferiu não se identificar. ●

RÁPIDA

DESAPARECIDA



Rízia Dalva Dias de Freitas

está desaparecida desde sábado, 16. Ela foi vista pela última vez no Terminal Rodoviário de Santa Inês. O caso foi registrado, por seu filho, Rivan da Silva Dias. Qualquer informação ligar para (98) 98125.1736, (98) 98115.7686 ou (98) 98145.7823.

Crianças morrem atropeladas

A Polícia Civil do Maranhão investiga um atropelamento que culminou na morte de duas crianças, uma de 2 anos e outra de 9 meses, na noite de terça-feira, 19, na BR-316, em Zé Doça, no interior do estado. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), as crianças estavam na companhia de uma jovem quando tentavam atravessar a via e foram surpreendidas por uma caminhonete. O bebê estava no carrinho. "O motorista do veículo envolvido no acidente fugiu sem prestar socorro", disse o assessor da PRF, Antônio Norberto.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Liberado: Campo de Perizes está totalmente duplicado

Último trecho do Campo de Perizes, que ainda era de mão dupla, foi entregue duplicado e liberado na manhã de ontem, faltando apenas o trecho do viaduto em Bacabeira; área detinha grande número de acidentes de trânsito

Foi liberado, na manhã de ontem, mais um trecho duplicado na BR-135, que vai da ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na Estiva, até o início de Periz de Baixo, em Bacabeira. Com isso, todo o Campo de Perizes está totalmente duplicado, o que deve reduzir o número de acidentes na área, considerada uma das mais perigosas na saída de São Luís, com grande número de mortes durante ultrapassagens.

A duplicação beneficiará em média 25 mil motoristas, que trafegam diariamente pela via. Uma obra aguardada há décadas por todos que precisam passar diariamente pelo local. Com a liberação, a preocupação diminui consideravelmente, pois com a duplicação da via condutores não precisarão se preocupar com ultrapassagens de risco, o que diminuirá a quantidade de acidentes e mortes na rodovia.

A liberação do trecho ocorreu em um momento considerado ideal, pois este mês, com as festas de fim de ano e as férias, grande quantidade de pessoas aproveitam para sair e entrar na capital, prevenindo diminuir os riscos existentes há muitos anos na via, principalmente em um dos trechos considerado como "trecho da morte", lo-



calizado no Campo de Perizes, que todos os anos, principalmente nesta época, registra números alarmantes de acidentes de trânsito.

Sobre a obra

A obra de duplicação da BR-135 faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Fe-

deral, com investimento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), de R\$ 484.735.728,44, com aditivos e reajustamentos.

As obras, que foram iniciadas em 2012, já duram cerca de cinco anos, e deveriam ter sido concluídas em 2014. No ano de 2015, fo-

Liberação do trecho ocorreu em momento ideal

ram paralisadas por indisponibilidade de orçamento financeiro do Governo Federal, o que impediu a

continuidade da duplicação e as demais pequenas obras que seriam realizadas.

Retomada em 2016, a primeira liberação de trecho duplicado ocorreu em julho de 2017, tendo na primeira etapa o trecho entre a Estiva (Km 25) e Bacabeira (Km 51,3), totalizando 26,3 km.

Nessa etapa, foi liberado aos usuários um trecho de pouco mais de 7,5 quilômetros, que vai do Km-35,5 ao Km-43, conhecido como Campo de Perizes, que já faz parte de Bacabeira. Este mês, foi liberada mais uma etapa da obra, faltando apenas o trecho do viaduto em Bacabeira. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017	Página CAPA	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VIDA</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>21</i> / 12 / 2017	Página <i>4</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Duas crianças esmagadas por uma caminhonete

As duas meninas, de dois e nove anos, estavam com a avó de 65 anos e, ao tentarem atravessar a Avenida Stanley Fortes Batista, no Centro de Zé Doca, foram colhidas por uma caminhonete. As crianças morreram no local e a idosa segue hospitalizada em estado muito grave

DOUGLAS CUNHA

Grave acidente aconteceu por volta das 21h00 desta terça-feira (19), na Avenida Stanley Fortes Batista, em frente ao Fórum da cidade de Zé Doca. O condutor de uma caminhonete Hilux atropelou três pessoas, sendo duas delas crianças. Ana Clara Batista Pereira, nove anos, e Maria Vitória Batista Oliveira, de dois anos, estavam na companhia da avó Maria do Socorro Batista Rodrigues, 65 anos.

As crianças tiveram morte no local e a avó foi socorrida e levada para o Hospital Regional de Zé Doca, onde permanece internada, sendo muito grave o seu estado. O motorista da caminhonete, cuja identidade não foi fornecida, fugiu sem prestar socorro às vítimas.

2

crianças tiveram
morte horrível no
trânsito de Zé Doca



Dona Maria do Socorro e as duas netinhas foram vítimas do trânsito conturbado da cidade

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VIDA</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>21</i> / 12 / 2017	Página <i>4</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

PROVISÓRIA.....



O presídio estadual ficou com 684 "moradores" a menos

684 presidiários de Pedrinhas estão soltos

A 1ª Vara de Execuções Penais da comarca da Ilha de São Luís (VEP) – com jurisdição nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa – divulgou portaria que dispõe sobre a saída temporária de presos para visita aos familiares durante o período natalino.

Segundo a Portaria, assinada pelo juiz titular da 1ª VEP, Márcio Castro Brandão, o benefício tem início às 9h desta quinta-feira (21) e termina no próximo dia 27, às 18h. Ao todo, 684 recuperandos do regime semiaberto estão aptos a receber o benefício, por preencherem os requisitos previstos nos artigos 122 e 123 da Lei de Execução Penal (LEP).

Segundo a LEP, a autorização para saída temporária é concedida por ato motivado do juiz, ouvidos o Ministério Público e a Administração Penitenciária. Para ter direito ao benefício, o preso do regime semiaberto precisa ter cumprido, no mínimo, 1/6 (primários) ou 1/4 da pena (reincidentes); apresentar comportamento adequado na unidade prisional; além da compatibilidade entre o benefício e os objetivos da pena.

A Portaria que concede a saída temporária do período natalino determina que os internos contemplados com o benefício deverão recolher-se às suas residências até as 20h e não poderão ausentar-se do Estado do Maranhão; ingerir bebidas alcoólicas; portar armas e não frequentar festas, bares e/ou similares. O juiz também determinou que os dirigentes dos estabelecimentos prisionais devem comunicar sobre o retorno dos internos até as 12h do dia 29 de dezembro.

Sobre a saída de presos, a VEP cientificou a Secretaria de Estado de Segurança Pú-

blica, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Superintendência da Polícia Federal, Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, e diretorias dos estabelecimentos penais de São Luís, para operacionalização das medidas estabelecidas na portaria.

LEP

A Lei de Execução Penal disciplina que o benefício da saída temporária será automaticamente revogado quando o beneficiário praticar fato definido como crime doloso; for punido por falta grave; desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso, quando for o caso. A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado.

SAÍDAS

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap), nas quatro saídas temporárias já concedidas este ano, somente 7% dos beneficiários não retornaram dentro do prazo às suas respectivas unidades prisionais. A maior redução foi registrada na saída temporária do Dia das Crianças, quando foram beneficiados 669 recuperandos, dos quais apenas 34 não retornaram, ou seja, 5,1%.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros UIDA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

DOIDEIRA

Adolescente estupra criança de quatro anos

Um homem procurou a Polícia Militar de São Roberto e denunciou um atentado sexual praticado por um adolescente de 14 anos contra uma criança de apenas quatro anos. O fato

aconteceu por volta das 10h30 da manhã de terça-feira (19). O homem, que seria padrasto da vítima, disse que encontrou sua enteada no quarto da casa vizinha com o seu vizinho e, ao

entrar, encontrou a criança na cama despida e o adolescente, também despido, tapando a boca da vítima com as mãos, tentando abusar sexualmente da criança. A GU de serviço foi

até o local e conduziu o adolescente para a Delegacia de Polícia Civil de Esperantinópolis, sem lesão corporal para serem tomadas as providências cabíveis.

FRATRICÍDIO

Testemunhas faltam e réu é absolvido

Alexsandro Miranda da Silva, servidor público, foi absolvido pelo júri popular, em julgamento realizado pela 2ª Vara Criminal de Imperatriz, na terça-feira (19). Ele estava sendo acusado de ter assassinado o próprio irmão, José Lima da Silva, crime praticado

em 2011. O crime foi motivado por uma discussão entre familiares.

Desde a época do crime, Alexsandro nunca foi preso depois de matar com um tiro o próprio irmão, que, segundo consta nos autos, teria chamado suas filhas de raparigas. O

crime aconteceu no dia 12 de setembro de 2011, na Vila Independente. Na audiência de julgamento, as testemunhas de acusação não compareceram, e Alexsandro Miranda da Silva, que estava aparentemente tranquilo no banco dos réus, acabou sendo absolvido.



6 anos depois do crime, acusado é julgado e ganha liberdade

SEM SAÍDA

Negado habeas corpus a agressor de advogada

O foragido Lúcio André Genésio sofreu nova derrota na Justiça, na terça-feira (19). A defesa do acusado de agredir sua ex-companheira, a advogada Ludmila Ribeiro, tentou novamente conseguir um habeas corpus, mas o Tribunal de Justiça do Maranhão não concedeu.

Contra Lúcio André Genésio, que chegou a ser preso, mas liberado após o pagamento de fiança, existem dois pedidos de prisão. O primeiro do juiz Clésio Coelho Cunha, no dia 12 de novembro, que responde pela 3ª Vara Criminal de São Luís, e o segundo, pelo magistrado Lucio Fernandes Soares, titular da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro. O pedido de habeas corpus foi negado pelo desembarga-



Lúcio André teve dois pedidos de habeas corpus negados

dor Raimundo Melo. Essa foi a segunda tentativa dos advogados de Lúcio Genésio no Tribunal de Justiça, ambas indeferidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
21 / 12 / 2017 Página 03		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Assembleia aprova R\$ 61,9 milhões para a comunicação de Dino

Superorçamento destinado à divulgação de ações do governo foi criticado pela oposição, que teve emendas para diminuir valor rejeitadas pela base comunista

Sob fortes críticas, a bancada governista na Assembleia Legislativa rejeitou todos os destaques dos deputados de oposição e aprovou, ontem, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018, encaminhado pelo governador Flávio Dino (PCdoB). Ponto de maior divergência entre os parlamentares, o texto prevê novo aumento do aporte de recursos para a Comunicação Social.

No ano da eleição - quando Dino tentará a reeleição ao governo -, a Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap) terá R\$ 61,9 milhões à sua disposição. O valor é R\$ 3 milhões maior do que os R\$ 58,9 milhões aprovados para o ano de 2017, mas ainda pode aumentar.

Se levada em consideração a prática recente do Executivo, esse valor deve passar da casa dos R\$ 70 milhões, a partir da edição de decretos autorizando créditos suplementares, como já ocorreu nos últimos dois anos.

Em 2016, por exemplo, a Lei Orçamentária aprovada pelos deputados previa despesas da ordem de R\$ 43,3 milhões - o total executado, no entanto, chegou a R\$ 66,7 milhões. Já para 2017, a LOA previa R\$ 58,9 milhões, mas o orçamento da pasta já chegou a R\$ 81,26 milhões, após suplementações.

Destques

Em uma série de destaques apresentados durante a apreciação da proposta orçamentária, deputados de oposição tentaram emendar a peça, retirando parte do superorçamento da Comunicação para outras áreas. Todas as tentativas, no entanto, foram barradas pela tropa de choque governista.

O deputado Eduardo Braide (PMN), por exemplo, viu ser rejeitada uma emenda de R\$ 5 milhões que deveria ser remanejada da Secap para a conclusão do Hospital da Criança.

"Esse hospital, que só serviu para ser utilizado na televisão, para mostrar e enganar o povo da capital do estado que ele seria entregue no final do ano passado. Um ano se passou e nada aconteceu em relação ao Hospital da Criança. Tivemos a oportunidade de corrigir essa injustiça quando destinamos R\$ 5 milhões, que seriam utilizados na propaganda enganosa do Governo



Responsável pela comunicação comunista, Márcio Jerry foi beneficiado pelo amigo governador Flávio Dino



Adriano Sarney criticou incoerências no orçamento do governo

do Estado no ano que vem, para o Hospital da Criança. Mas, infelizmente, o governo mandou e a base acabou rejeitando essa emenda", destacou.

Outra emenda, de R\$ 1,8 milhão, para Unidade de Segurança Cidadã de Timon, também foi vetada. Novamente, o recurso sairia da comunicação.

NUMEROS

R\$ 19.987.796.000,00 é o valor total do Orçamento do Estado para 2018 aprovado pela Assembleia

R\$ 61,9 milhões é o total a ser gasto com Comunicação no ano da eleição

R\$ 58,9 milhões foi o orçamento da Comunicação em 2017

GOVERNISTA VOTA CONTRA A SUA CIDADE

Chamou a atenção do plenário a postura do deputado Rafael Leitão (PDT), que votou pela rejeição da emenda de R\$ 1,8 milhão, proposta por Eduardo Braide (PMN), para investimento na construção

de Unidade de Segurança Cidadã em Timon, município onde o pedetista conseguiu a maioria dos seus votos em 2014 e tem base eleitoral. A cidade é administrada pelo primo de Rafael, Luciano Leitão.

Adriano repudia incoerências no orçamento do Governo

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) revelou uma série de incoerências no projeto que trata do orçamento do governo Flávio Dino. O parlamentar votou contra a proposta.

O parlamentar afirmou que muitos projetos ficarão com orçamento minguado, como o de revitalização do Centro de São Luís, que irá receber apenas R\$ 10 mil. Outro destaque é a destinação de somente R\$ 1 mil para um projeto de integração

das bacias dos rios Parnaíba e Itapicuru e revitalização do rio Itapicuru. Há também o caso da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR), que tem previsão de tão somente R\$ 520 mil para apoio a manifestações artísticas e culturais. A Defensoria Pública do Estado (DPE) contará com apenas R\$ 100 mil para a construção de novas unidades no interior.

Por outro lado, o orçamento do

governo vai privilegiar alguns setores menos relevantes, como é o caso da área de comunicação, que contará com aproximadamente R\$ 62 milhões em 2018. Destaque ainda para a Secretaria de Transparência e Controle, que terá um orçamento generoso, de R\$ 24 milhões.

"Por esses e outros pontos analisados, posso afirmar que esta é uma peça orçamentária discrepante com a realidade, uma peça malfeita, injusta e desigual, que mostra a insensibilidade do governo com projetos importantes para o nosso povo e o nosso estado", declarou o deputado.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 21 / 12 / 2017 Página 03		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Bancada de Flávio Dino age contra projeto que garantir R\$ 250 milhões anuais para o Maranhão

Questão terá que ser rediscutida pela Assembleia, uma vez que a proposta já havia sido aprovada em dois turnos

A bancada do governo Flávio Dino (PCdoB) na Assembleia Legislativa agiu ontem para impedir a aprovação de um Projeto de Lei - do deputado estadual Max Barros (Sem partido) - que garantiria ao Maranhão cerca de R\$ 250 milhões por ano, com chamada Taxa Mineral.

A princípio, o projeto chegou a ser aprovado pela própria bancada. Mas, minutos depois, os governistas voltaram atrás, abrindo mão da cobrança. O problema é que, como a proposta já havia sido aprovada em primeiro e segundo turno - e os governistas agiram para mudar apenas a redação final - significa que o projeto foi aprovado.

O QUE O MARANHÃO PERDEU

● **O que é a Taxa Mineral?**

É uma taxa que os governos estaduais, impactados pela atividade mineral, cobram.

● **Quanto recebe cada estado?**

Estado	CFEM (2015)	TRFM (2015)	TOTAL
PA	R\$ 442.515.986,00	R\$ 414.000.000,00	R\$ 856.515.986,00
MG	R\$ 675.502.150,00	R\$ 304.500.000,00	R\$ 980.002.150,00



Max Barros diz que a proposta garantiria compensação da Vale

● **Outros estados**

O projeto de Max Barros institui taxa às atividades de transporte, manuseio, armazenagem e aproveitamento de recursos minerários (TRFM). Para se ter ideia da importância da proposta, o tributo rende bilhões aos estados do Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e Amapá.

Com a manobra do governo, o Maranhão deixa de ser beneficiado com cerca de R\$ 250 milhões por ano, com recursos oriundos da Taxa Mineral. ●

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Vida</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>21</i> / 12 / 2017	Página <i>02</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

GRAND PARK.....

Moradores são beneficiados após Ação Cível Pública

Após Ação Civil Pública, protocolada pelo Procon/MA, os moradores do condomínio Grand Park Águas foram beneficiados com obras de reestruturação do local, após assinatura de acordo judicial entre o Procon/MA e as construtoras responsáveis por três condomínios integrantes do empreendimento Grand Park.

Na ocasião, ficou determinado que as construtoras pagassem a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em três parcelas iguais para os condomínios Águas, Árvores e Pássaros, cabendo a cada um a cota de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

“A utilização dos recursos pelos condomínios foi precedida de autorização, em assembleia condominial, que contou com a participação e anuência de membros do Procon e do Ibedec-MA, conforme previsão do acordo. Mais uma ação efetiva aos consumidores maranhenses. Todos os moradores que formalizaram reclamação

tiveram seus direitos garantidos”, afirmou o presidente do Procon/MA, Duarte Júnior.

Audiência

Em audiência de conciliação, promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos, em março de 2015, no processo da Ação Civil Pública, os moradores de três condomínios integrantes do empreendimento Grand Park, por meio de acordo, conquistaram o direito a receber indenizações das construtoras pelo descumprimento do contrato.

A medida conduzida pelo juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas de Melo Martins, objetivou que as empresas apresentassem propostas para dirimir os eventuais danos causados aos consumidores que compraram imóveis e vivenciaram atraso na entrega da unidade e irregularidades nas obras, considerados abusivos pela Ação Civil Pública, protocolada em 2012, pelo Procon/MA.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 29 / 12 / 2017	Página 120	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Justiça nega habeas corpus contra irmão do prefeito de Pinheiro

NELSON MELO

Foi negado o pedido de habeas corpus que beneficiaria o empresário Lúcio André Silva Soares, acusado de agredir a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva, sua ex-mulher, em um fato ocorrido em São Luís no dia 11 de novembro deste ano. Irmão do prefeito de Pinheiro, ele continua foragido. A solicitação havia sido feita pelo advogado Antonio Glaucius de Moraes, em revogação à prisão preventiva decretada pelo juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares, da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro.

O pedido de habeas corpus foi negado pelo desembargador José Luiz de Almeida, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA). A defesa de Lúcio André já tinha entrado com outros três pedidos de revogação do mandado de prisão preventiva, mas o Poder Judiciário não os aceitou. A prisão preventiva foi decretada durante o Plantão Criminal da madrugada do dia 13 de novembro. A expedição do documento ocorreu porque ele agrediu a ex-mulher, crime que gerou revolta na



O empresário Lúcio André teve o pedido de habeas corpus negado e continua foragido

população daquele município. Lúcio espancou a advogada na noite do dia 11 de novembro em São Luís, iniciando as agressões na área da Lagoa da Jansen, após um jantar em um restaurante. Ele, segundo

o Boletim de Ocorrências (BO) assinado no Plantão de Polícia Civil do Cohatrac, obrigou a vítima a postar fotos nas redes sociais de ambos juntos, e ainda ordenou que Ludmila Rosa lhe entregasse o celular, com o intuito de verificar possíveis conversas dela com outro homem. Segundo consta no BO, ela postou as fotos, mas se recusou a entregar o aparelho, o que o levou a pedir a conta do restaurante e a sair do local acompanhado da advogada, que foi agredida dentro do carro do irmão do prefeito e também na casa dela, no bairro da Cohama. Como declarado no documento, Lúcio quebrou o celular da ex-mulher e a empurrou para fora do veículo. Vizinhos da vítima impediram que ele atropelasse Ludmila e o imobilizaram, pois ele estava fora de si.

No Plantão do Cohatrac, ele foi liberado após o pagamento de fiança de R\$ 4.685 mil já na madrugada do dia 12 de novembro. Enquanto isso, Ludmila foi levada a um hospital, onde foi submetida a exames médicos. Conforme informações da polícia, Lúcio já havia espancado a advogada no ano passado, quando ele estava grávida de cinco meses, em Pinheiro.

Decretada prisão preventiva de membros de facção por tortura e morte

DIVULGAÇÃO/SHPP



Integrantes da facção COM, apontados como autores do assassinato de um homem na Cidade Olímpica

A Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) deu cumprimento a mandado de prisão preventiva contra Josué Santos da Silva, o "Gaspar"; Rony Kassio Chaves de Araújo e Anderson da Silva Pereira, o "Boquinha". Integrantes da facção Comando Organizado do Maranhão (COM), eles são acusados de participar do assassinato de um homem na Cidade Olímpica, em São Luís.

O delegado George Marques, da SHPP, explicou que "Gaspar", considerado o líder do COM, e os outros dois mataram Geovane Barros Moreno, mais conhecido como "Dudu", no dia 24 de outubro de 2016, no bairro da Cidade Olímpica, devido a uma infração do "estatuto" da facção,

mais precisamente do "inciso 4º", que proíbe que um "batizado" cobice a mulher do companheiro da organização criminosa. "Dudu", como o delegado descreveu, teve um "caso" com a namorada de Rony.

Por este motivo, Geovane Barros foi executado a tiros no denominado "tribunal do crime", uma espécie de julgamento clandestino comum no crime organizado urbano, sendo praticado, também, no Bonde dos 40, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), configurando-se como as quatro facções atuantes no Maranhão. Além disso, a mulher do suspeito foi mantida em cárcere privado pela quadrilha, sendo que ela levou vários socos, pontapés e ainda foi sufocada pelos bandidos. George

Marques disse que a vítima escapou do local porque uma viatura da Polícia Militar passou na rua e os facionados fugiram. Nesse instante, ela conseguiu se desamarrar nos pés e nas mãos e saiu correndo. Mas os momentos em que a vítima permaneceu no cativado foram de aflição e dor, tendo em vista que os criminosos queriam que confessasse que se relacionou com "Dudu". Os integrantes do COM até fizeram

gravações e bateram fotos da mulher sendo torturada. As imagens e os vídeos foram encontrados no celular de "Gaspar", conforme o delegado da SHPP relatou. "Gaspar" e os outros dois já estavam presos por outros crimes, mas o mandado de prisão preventiva referente a esse homicídio e tortura foi decretado em desfavor deles e, nesse sentido, os investigadores da SHPP deram cumprimento. A (NELSON MELO)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017 Página 120		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Caminhonete da Funai tomba e dois índios ficam feridos na BR-316

Dois índios ficaram levemente feridos na BR-316, no município de Pindaré-Mirim, no fim da manhã dessa quarta-feira (20), por volta das 11h. Eles e outros estavam em uma caminhonete oficial da Fundação Nacional do Índio (Funai), quando o condutor perdeu o controle da direção e o veículo tombou às margens da rodovia, conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF). A PRF relatou ainda sobre esse

caso que o acidente ocorreu na altura do km 256. O veículo saiu da pista durante uma manobra do motorista para desviar de uma motocicleta, cujo piloto agiu de forma brusca na frente do carro da Funai.

Os dois índios machucados foram imobilizados por uma equipe do Corpo de Bombeiros e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e levados a um hospital. (NM)

DIVULGAÇÃO/PRF



Homens do Corpo de Bombeiros prestam socorro aos índios feridos em capotamento

Em Timon Senarc captura rapaz de 21 anos por tráfico de maconha e cocaína

Ramon Rodrigues Borges, de 21 anos, foi localizado por uma equipe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) na cidade de Timon, que fica na fronteira do Maranhão com o Piauí. Ele estava em uma casa situada no Beco 3, bairro Bela Vista, em cujo interior havia vários papелotes de maconha e cocaína, no fim da tarde de terça-feira (19). Com o apoio operacional da Delegacia de Homicídios de Timon, os investigadores adentraram no imóvel, onde Ramon foi preso. O suspeito foi encaminhado à Central de Flagrantes, como o delegado Carlos Alessandro, titular da Senarc, comentou. (NM)

DIVULGAÇÃO/SENARC



Ramon foi preso pela Senarc na cidade de Timon

Tragédia Duas crianças morrem atropeladas por caminhonete em Zé Doca

Em um acidente fatal ocorrido na noite de terça-feira (19), no município de Zé Doca, na região oeste do Maranhão, duas crianças morreram atropeladas por uma caminhonete Hilux, por volta das 20h. Ana Clara Batista Pereira, de 9 meses, e Maria Vitória Batista, 2, estavam acompanhadas da avó, Maria do Socorro Batista Rodrigues, 75, quando foram arrastadas pelo veículo.

Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), as três vítimas estavam no acostamento da BR-316, no Km 198, quando foram atropeladas pela caminhonete, conduzida por um homem aparentemente embriagado e que não parou o carro, escapando do local. As duas crianças morreram instantaneamente, enquanto a avó delas foi levada às pressas ao hospital mais próximo, sendo que o estado de saúde dela é considerado delicado. (NM)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>21</i> / 12 / 2017 Página <i>08</i>		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Determinada a indisponibilidade dos bens de ex-prefeito de São Roberto

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça decretou, em 13 de novembro, a indisponibilidade dos bens do ex-prefeito de São Roberto, Jerry Adriany Rodrigues Nascimento, no limite de R\$ 720 mil. A solicitação do bloqueio foi feita em Ação Civil Pública ajuizada pelo promotor de justiça Xilon de Souza Júnior, da Comarca de Esperantinópolis, da qual São Roberto é termo judiciário. Proferiu a decisão liminar a juíza Cristina Leal Meireles.

O valor corresponde ao dano causado ao município, acrescido de multas e encargos, devido ao gestor não ter cumprido um convênio assinado com o Estado do Maranhão para a construção de um posto de saúde no povoado Miltoia.

O documento foi assinado em 16 de novembro de 2009 e teve vigência de seis meses. O Estado se comprometeu a repassar R\$ 174 mil, enquanto o Município contribuiria com a contrapartida de R\$ 5.400,00.

De acordo com o documento, a prestação de contas teria que ser feita no prazo de 60 dias, contados a partir da data do fim da vigência do convênio, ficando para o Município a responsabilidade na execução dos trabalhos.

Foi constatado pela Secretaria de Estado da Saúde, após análise da prestação de contas apresentada pelo Município, em 2012, que somente 55,69% da obra havia sido concluída.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Operação Pegadores

Flávio Dino chama declarações de delegado e superintendente da Polícia Federal de 'irresponsáveis'

Em entrevista no Palácio dos Leões, na terça, o governador disse que se surpreendeu com a 'espetacularização' da Operação Pegadores e com as declarações do delegado Wedson Cajé Lopes e da superintendente da Polícia Federal no Maranhão Cassandra Parazi

OSWALDO VIVIANI

Assim como o secretário de Saúde Carlos Lula já havia feito, em entrevista aos jornalistas John Cutrim e Itevaldo Júnior (TV Difusora), no sábado (16), o governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) também criticou a Operação Pegadores (5ª fase da Sermão aos Peixes), da Polícia Federal, desencadeada no dia 16 de novembro, na qual foram presas 17 pessoas. Em entrevista coletiva no Palácio dos Leões, na terça (19), o governador disse que se surpreendeu com a "espetacularização" da "Pegadores". Ele criticou, em especial, as declarações do delegado federal Wedson Cajé Lopes (coordenador da operação) e da superintendente da Polícia Federal no Maranhão Cassandra Ferreira Alves Parazi. "Não me surpreendi com a operação policial em si, pois na democracia todo mundo pode ser investigado, mas me surpreendi com a espetacularização da operação e com a entrevista do delegado que a coordenou, Wedson Cajé Lopes, e com as declarações da superintendente da PF no Maranhão [Cassandra Ferreira Alves Parazi]", afirmou Dino, que disse, ainda: "Fazer uma entrevista como o delegado Cajé fez, ultrapolitizada

[sobre a Operação Pegadores], quebra a natureza apartidária das instituições do sistema da Justiça. Ele parece ser de uma corrente segundo a qual para se legitimar uma operação policial é preciso que se tenha algo de espetacular para ser dito". "O delegado proferiu inverdades, como o caso da sorveteria. Ele disse: 'Há um fato jocoso, que de repente, da noite pro dia, uma sorveteria passou a prestar serviços à Saúde'. Não é verdade. Desde 2013, a empresa já havia mudado de objeto. Dizer isso foi uma irresponsabilidade. Outra irresponsabilidade foi dizer que a Saúde tem 400 servidores 'fantasmas'. Não tem. Tanto que a lista dos 400 'fantasmas' não existe. Depois de muito insistirmos, entregaram uma lista. E os médicos existem, eles

'reencarnaram' e foram até o Conselho Regional de Medicina". Sobre a superintendente da PF no Maranhão Cassandra Parazi, Flávio Dino afirmou: "Para completar, para piorar, a nova superintendente da PF no Maranhão [Cassandra Ferreira Alves Parazi], que havia chegado havia três dias no estado, diz o seguinte: 'O secretário de Saúde está envolvido. Sabia [do esquema na Saúde] e não fez nada'. Disse isso do secretário Carlos Lula, que é uma pessoa séria, proba, todo mundo que o conhece sabe disso. Afirmar isso também é uma irresponsabilidade". O governador lembrou, ainda, o "caso do dossiê", que teria sido encontrado na casa de um dos investigados na "Pegadores", Antonio Augusto Silva Aragão, presidente da organização social (OS) Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (Idac): "O mesmo delegado Cajé Lopes inventou um dossiê, que teria sido feito pelo senhor Antonio Aragão, contendo uma 'pirâmide criminosa'. Pedimos o auto de apreensão da operação que

foi lavrado na casa do Antonio Aragão e não tinha nenhum dossiê. Aí reinquiriram o senhor Aragão e ele disse: 'Não fui eu que fiz, não fui eu que escrevi, mandaram o dossiê pelo Correio'. Com base nisso, representamos contra as condutas desse delegado, por inventar coisas que não são verdade". A representação mencionada pelo governador foi protocolada no dia 11 passado, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), na Corregedoria Geral da Polícia Federal. Para concluir, Flávio Dino disse ser favorável a qualquer tipo de investigação, desde que sejam sérias: "Investiguem o quanto quiserem, sou totalmente a favor de investigações sérias, mas não posso aceitar que pessoas da minha equipe sejam submetidas a vexames e mentiras para atender ao desejo pessoal ou eventualmente político de alguém que pronuncia inverdades e que acha que pode ficar por isso mesmo. Não fica. (...) Que a PF tenha mais profissionalismo, mais sobriedade, mais eficiência".

TRF-1 MANDA SOLTAR MAIS DOIS INVESTIGADOS DA 'PEGADORES'

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) revogou a prisão preventiva de Luiz Marques Barbosa Júnior, preso desde 16 de novembro, quando a Polícia Federal deflagrou a "Operação Pegadores" (5ª fase da "Sermão aos Peixes"). Na mesma sessão, os desembargadores do colegiado – Ney Bello Filho, Mônica Sifuentes e Leão Alves – determinaram a conversão da prisão preventiva do investigado Mariano de Castro Silva em prisão domiciliar, com monitoramento

por tornozeleira eletrônica. Mariano é assessor especial da Secretara da Saúde. Em ambos os casos houve determinação para pagamento de fiança e proibição de que eles mantenham contato entre si ou com qualquer outro investigado na "Operação Pegadores". Agora, dos 17 presos da Operação Pegadores, apenas continua presa preventivamente Ideide Lopes de Azevedo Silva, sogra de Mariano de Castro e apontada como responsável legal da organização social ISMC (Instituto de Serviços Médicos e Consultoria Ltda.). (ov)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017 Página 03		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Habeas negado

O empresário Lúcio André Silva Soares (irmão do prefeito Luciano Genésio, de Pinheiro) teve pedido de habeas corpus negado pelo TJ-MA. Lúcio André é acusado de espancar violentamente sua ex-mulher, a advogada Ludmila Ribeiro, e está foragido desde o dia 13 de novembro. Ele tem dois mandados de prisão preventiva em aberto, um da Comarca de Pinheiro e outro da 3ª Vara Criminal de São Luís.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017	Página capa	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

'Operação Pegadores' FLAVIO DINIZ CLASSIFICA COMO IRRESPONSÁVEIS DECLARAÇÕES DE DELEGADO E CHEFE DA POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO

*TRF-1 manda
soltar mais dois
investigados
da 'Pegadores'*

Na entrevista coletiva na última terça-feira, no Palácio dos Leões, o governador disse que se surpreendeu com a 'espetacularização' da Operação Pegadores e com as declarações do delegado Wedson Cajé Lopes e da superintendente da Polícia Federal

no Maranhão Cassandra Parazi, as quais classificou de irresponsáveis. Ontem, a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) revogou a prisão preventiva de Luiz Marques Barbosa Júnior.

PÁG. 3 [C1]

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 12 / 2017 Página 07		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Maranhão reduz em 71% os crimes contra bancos em relação a 2014

Os investimentos em ações estratégicas, a convocação de novos policiais e o treinamento de grupos específicos das forças de segurança do estado resultaram em mais uma marca histórica para o Maranhão.

De janeiro até novembro de 2017, as forças de Segurança do Maranhão conseguiram reduzir em 71% o número de ocorrências de explosões e arrombamentos a agências bancárias do estado, em comparação ao mesmo período de 2014.

O dado é da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), que registrou até novembro 13 ocorrências desse tipo contra as 45 de 2014. Ainda neste ano, a Seic registrou 206 assaltantes de banco presos em flagrante e em cumprimento de mandados de prisão.

O titular da superintendência, delegado Tiago Bardal, afirma que três principais fatores colaboraram para a redução. “Primeiro nós temos um Departamento próprio que investiga o roubo a banco, o Departamento de Combate ao Roubo a Instituições Financeiras (Dcrif), com o qual nós conseguimos triplicar, de 2016 para cá, o efetivo policial, dando celeridade e eficiência a todo o processo de investigação”, explica Bardal.

O segundo fator, segundo o delegado, diz respeito ao aumento de efetivo das polícias, realizado pelo Governo do Estado, que resultou na criação de dois importantes braços de segurança. “Nós temos, ainda, a prevenção desses crimes por



A Seic registrou 206 assaltantes de banco presos em flagrante

meio da criação da Companhia de Operações em Sobrevivência em Área Rural (Cosar); e o início da Operação Maranhão Seguro, trabalho conjunto entre as Polícias Militar e Civil, que recebem dos bancos informações sobre dias e locais em que as agências serão abastecidas. A partir desses dados, formam um ‘cinturão de segurança’, composto pela Seic, Centro Tático Aéreo (CTA) e guarnições da PM, incluindo Cosar, que vem realizando várias operações no interior do estado”, afirma

o delegado.

“Além desses dois fatores, nós temos o trabalho conjunto com os departamentos de roubo a banco dos nossos estados vizinhos. Temos uma integração, uma troca constante de informações entre os estados porque essas quadrilhas geralmente circulam entre Pará, Tocantins e Piauí”, completa Bardal.

Bons números - Os investimentos em ações estratégicas, a convocação de novos policiais e o treinamento de grupos específicos das forças de segurança do estado resultaram em mais

uma marca histórica para o Maranhão. O índice de roubo com explosivos a bancos do estado chegou a zero nos meses de janeiro, junho e julho deste ano.

O fato não ocorria havia mais de 5 anos no Maranhão, já que desde 2012 não se passava um mês sem que alguma agência ou correspondente bancário recebesse pelo menos uma tentativa de explosão.

“Enquanto em vários estados esse tipo de crime vem aumentando, no Maranhão, nós estamos conseguindo diminuir”, finaliza o delegado.